

Coluna do Castello

Problema que não tem solução

ALGO de ridícula, algo de patética a nota que registra o conflito entre o senador Fragelli e deputados, que se levantaram no plenário em defesa do jeton sem presença. Tratar-se-ia de uma agressão aos ausentes e de um abuso da presidência do Congresso, isso de descontar jeton sem proceder a uma prévia chamada que ninguém pediu.

O senador Fragelli tem oscilado entre a complacência e o cumprimento do seu dever nessa questão de exigir a presença a sessões do Congresso, conforme manda a Constituição, para que deputados e senadores percebam um terço (antigamente eram dois terços) dos subsídios, descontáveis do Imposto de Renda. De um modo geral, salvo nos períodos de achatamento moral, consentido e consagrado, tem sido dubitativo o comportamento dos presidentes da Câmara, do Senado e do Congresso com relação a essa questão de jetons e a outras que afetam o comportamento ético dos representantes do povo.

Basta dizer que, usando a inviolabilidade de como se fosse imunidade, jamais uma das casas concedeu licença para processar a quem, sendo seu membro, tenha cometido crime comum. Essa chegaria a ser a razão da cassação de deputados federais em 1964 e a de dois votos modelares no Conselho de Segurança Nacional, os de Juarez Távora e de Milton Campos, que negaram voto em favor da cassação de um parlamentar que pouco antes os acompanhara pelo Brasil apoiando as respectivas candidaturas a presidente e a vice-presidente.

Mas vimos a Câmara ser presidida por Nereu Ramos, um modelo de comportamento republicano, por Ulysses Guimarães, Samuel Duarte e outros. Nessa presidência chegou em 1965, por iniciativa do presidente Castello Branco, Bilac Pinto, eleito por teimosia por se tratar de alguém que mal conhecia seus pares, aos quais faltava com o dever elementar do cumprimento diário. Mas Bilac encontrou tanta coisa que fazer, que chegou a obter da Mesa uma resolução pela qual se proibia a concessão da ajuda de custo e de diárias a deputados que, freqüentando as embaixadas, obtinham de embaixadores convites para visitar seus respectivos países. As coisas tinham descido muito, como se vê.

A tendência das assembléias é a do abuso no que se trata de favores e privilégios pessoais. Na primeira legislatura do regime de 1946, houve um vice-presidente da Câmara, sr Altamirando Requião, que, indo à Bahia em férias, mandou à sua frente, a bordo de um navio cargueiro, seu automóvel de representação, com o qual desfilou nas ruas da Bahia. Na época, foi um escândalo de primeira página. Depois, carros de parlamentares transitaram pelas estradas e pelas cidades sem que sequer se registrasse o abuso.

Todas as mordomias que hoje compõem o buquê dos subsídios parlamentares nasceram da coleção de abusos feita no correr dos tempos. A residência oficial foi consequência da transferência para Brasília, mas lembro-me de que ainda o presidente Castello Branco mandou vender todos os imóveis oficiais a seus ocupantes. Com isso ele ficou quites com o Congresso, com seus funcionários e até conosco, jornalistas, que ocupávamos esses apartamentos por liberalidade do Congresso. Hoje, está quase tudo revertido e novos blocos construíram-se para satisfazer a antigos e a novos parlamentares, servidores e jornalistas.

Telefones eram um abuso limitado às dependências do Congresso, depois transformados em verba para os gabinetes e para as residências. Automóveis eram privilégios dos membros da Mesa e dos presidentes de comissão. Hoje, no Senado, todos os têm e houve tempo em que os tinham também no Rio, onde permanece pequena frota para servir aos transviados. As passagens aéreas foram uma primeira concessão para que no fim de semana os parlamentares emigrassem para o Rio. Depois, muitos deles deixaram de morar no Rio e ganharam passagens especiais para seus estados. Houve uma solução conciliatória: duas passagens menores para os estados e duas passagens menores para o Rio. O Rio hoje já não é capital de coisa nenhuma e salvo alguns bancos oficiais e a Petrobrás nada mais do Governo federal funciona lá, a não ser por abuso.

Mas a gasolina encareceu e aos automóveis foi acrescida uma verba para gasolina, assim como criaram-se assessorias e secretarias — no Rio não havia sequer lugar para alojar essa gente — para acomodar parentes vadios que se viam obrigados a morar em Brasília. Em função disso o palácio do Congresso cresceu desmesuradamente e hoje deve ser o maior palácio do mundo, somados anexos, pavilhões e prédios de serviço, com a gráfica, o Prodasen, os dois hospitais que delimitam a extensão dos blocos.

Tudo é vantagem, tudo se soma e por aí se verifica, por essa simples enumeração, que os subsídios são muito maiores do que os declarados, fruto de uma manobra, que transformou uma emenda parlamentar moralizadora num trem de alegria mediante o qual senadores e deputados praticamente suprimiram seus impostos de renda.

O senador Fragelli, que é um complacente mas um homem de boas intenções, deverá perder mais essa batalha em que enfrenta o ânimo multifágico dos seus companheiros de representação. Mais favores se incorporarão aos atuais.

Carlos Castello Branco